

# AGRICULTURA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO: UMA CRÍTICA À FORMULAÇÃO TRADICIONAL<sup>1</sup>

José Sidnei Gonçalves<sup>2</sup>  
Nelson Batista Martin<sup>3</sup>

## RESUMO

A formulação tradicional de agricultura se baseia fortemente na agropecuária - entendida como conjunto de atividades produtivas realizadas no interior da propriedade rural - e dentro dessa concepção propugna que com o desenvolvimento econômico ocorreria um declínio secular da participação setorial na renda nacional e no emprego. Este trabalho procura mostrar a inadequação da abordagem tradicional para o entendimento do papel desempenhado pela agricultura no desenvolvimento econômico, ao confundir agricultura e agropecuária, tratando-as como conceitos que expressam o mesmo conteúdo. O conceito de agricultura que deve ser utilizado compreende todo o complexo produtivo que inclui as indústrias para a agricultura, indústrias da agricultura e o aparato de distribuição e serviços, além da agropecuária. Assim, a agricultura abrangeria várias das cadeias produtivas verticalizadas das quais a agropecuária é uma das partes horizontais. Dessa maneira, a avaliação da participação na renda nacional e no emprego se revelaria parcial quando adotada a perspectiva dada à agricultura pela abordagem tradicional, pois estaria captando apenas o tocante à agropecuária. O mesmo problema de inadequação é encontrado na formulação das políticas públicas e na discussão do papel da agricultura no processo de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** agricultura, agropecuária, desenvolvimento agrícola, desenvolvimento econômico.

## AGRICULTURE IN THE PROCESS OF DEVELOPMENT: A CRITICISM TO THE TRADITIONAL FORMULATION

### SUMMARY

The traditional formulation of agriculture is strongly supported in farming - understood as a group of productive activities accomplished in the interior of a rural property - and, according to this conception, it defends that a secular decline of the sectorial participation in the national income and in employment would occur with the economic development. This essay aims to show how inadequate the traditional approach is to understand the part played by agriculture in the economic development as it mistakes agriculture for farming, considering them as concepts which express the same contents. The conception of agriculture that must be used consists of the whole productive complex including the industries for agriculture, industries of agriculture and the apparatus of distribution and services, besides farming. So, agriculture would comprise several verticalized productive chains from which farming is one of its horizontal parts. Thus, the evaluation of the participation in the national income and in employment would reveal itself partial if the perspective given to agriculture by the traditional approach were adopted, once it would be capturing only the aspect related to farming. The same problem of inadequation is found in the formulation of public policies and in the discussion of the part played by agriculture in the development process.

**Key-words:** agriculture, farming, agriculture development, economic development.

## 1 - INTRODUÇÃO

As análises econômicas tradicionais têm perpetuado a setorização da economia como um conceito imutável no tempo. Dessa forma reproduzem uma subdivisão básica de

agricultura, indústria e serviços, quer nessa acepção quer denominando os setores: primário, secundário e terciário<sup>4</sup>. Os estudos aplicados em cada setor tomam seus limites como dados, como se os mesmos fossem rígidos a ponto de se manterem incólumes à transformação decorrente

do desenvolvimento capitalista. No caso da agricultura, isso tem sido a tônica da maioria das interpretações de evolução setorial de várias matrizes teóricas. O chamado setor agrícola tem sido focado tradicionalmente por teóricos de tradição neoclássica (JOHNSTON & MELLOR 1961) como se restringisse à produção na terra, ou seja, a agricultura é conceitualmente associada à sua face de produção biológica - à agropecuária. Quase sempre aparece em textos sem uma preocupação de defini-la, visto que, como verdade de domínio público não há necessidade de explicar seu conteúdo e abrangência. Esse tipo de análise, denominada "abordagem tradicional," enfoca os demais setores a ela associados ou como submetidos aos seus desígnios, ou trata-os de forma desvinculada como setores independentes. Em ambos os casos tem-se a agricultura como autônoma enquanto setor econômico.

Dessa utilização da agricultura, enquanto categoria conceitual, chega-se a um resultado inexorável: com o processo de desenvolvimento econômico, a agricultura sofreria um declínio secular da sua participação na renda e no emprego. Partindo de uma realidade agrária, a economia sofreria um contínuo processo de industrialização, no qual a participação do produto industrial seria crescente, com a conseqüente queda da representatividade do produto agrícola. Recentemente um processo de "tercearização"<sup>5</sup> tem sido levantado, no qual essa supremacia tenderia para o setor de serviços, ocorrendo dessa maneira um "declínio secular" da participação relativa do produto e emprego industriais.

De forma explícita ou implícita, isso perpassa várias análises mais fortemente difundidas por economistas agrícolas de tradição neoclássica que deram sustentação teórica à chamada "modernização da agricultura brasileira". A abordagem tradicional tem conseqüências importantes na definição dos rumos da economia, principalmente na adoção de políticas para a agricultura. Alguns tomam o setor como marginal, com tendência à insignificância, mesmo que ressaltando sua posição estratégica na alimentação e no emprego. Outros, por se manterem nos limites do conceito, propugnam medidas que, não abrangendo toda a amplitude de atividades inter-relacionadas, levam à obtenção de resultados parciais ou insatisfatórios.

## 2 - HIPÓTESES E OBJETIVOS

A hipótese deste trabalho é de que o conceito de agricultura da abordagem tradicional não apreende a magnitude do universo setorial. Noutros termos, há uma confusão ao adotar-se os conceitos de agricultura e de agropecuária como idênticos, equívoco perpetuado quando admite-se que essa identidade se mantém no tempo. Desse modo procura-se demonstrar também que as teses do declínio secular da participação relativa da agricultura na renda e no emprego devem ser redefinidas, pois isso pode ocorrer de forma diferenciada quando se toma agricultura e agropecuária como distintos. Os limites dessa queda seriam dados pela expansão da indústria de insumos e máquinas, pela indústria de processamento e estrutura de beneficiamento/distribuição, formando com a agropecuária um complexo de produção que pode re-definir a proporção dessa tendência declinante, chegando mesmo a aumentar sua participação relativa.

O conceito de agricultura, quando referenciado historicamente, exprime concretamente uma realidade diferente de outra situação no tempo. Na situação anterior à Revolução Industrial e à urbanização, a agricultura compreendia um número infindável de atividades organizadas nos limites da propriedade rural, ou seja, abarcava a agropecuária, como segmento nuclear aos quais se submetiam os demais. Era uma unidade praticamente autárquica produzindo seus insumos e ferramentas e sua própria mão-de-obra, realizava o armazenamento dos produtos com técnicas gestadas ou adaptadas nos seus limites; o manejo das culturas e criações era aprimorado e transmitido de pai para filho; o processamento e beneficiamento era objeto de uma indústria rural, também executada no interior da propriedade, e a própria comercialização, quando ocorria, era feita por seus membros. Dentro desses parâmetros é perfeitamente válida a concepção de agricultura autônoma e semelhante ao conceito de agropecuária como caracteriza a abordagem tradicional. Os fisiocratas, por exemplo, concebiam apenas o trabalho agrícola como trabalho produtivo, sendo os demais improdutivos (QUESNAY, 1983).

O processo de desenvolvimento

capitalista rompeu com essa autarquia da propriedade rural levando para fora da fazenda inúmeras atividades outrora realizadas no seu interior. O primeiro grande movimento impulsionador dessa transformação foi dos têxteis, datado da Primeira Revolução Industrial inglesa, sendo que depois as ferramentas evoluíram para máquinas e implementos e os manufaturados caseiros se constituíram numa indústria de alimentos de dimensões avantajadas, todos esses constituindo-se em produtos da Segunda Revolução Industrial. Nessa fase vieram também os fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas bem como técnicas produzidas na revolução científica e, para fechar um elenco mínimo e visível da metamorfose, a urbanização colocou na cidade os braços que lavravam e criavam nas propriedades. Evidentemente o conceito de agricultura, nesse contexto, não mais incorpora o mesmo conteúdo.

A partir disso, adotando-se neste trabalho a perspectiva de agricultura enquanto um complexo de produção, agregando as funções de produção de insumos, agropecuária, de processamento e de distribuição, pretende-se efetuar uma análise crítica da abordagem tradicional no sentido de que ela não mais dá conta da magnitude da agricultura capitalista<sup>6</sup>. Destaque-se que não se tem a pretensão do pioneirismo no sentido do conteúdo imputado à agricultura como agregado macroeconômico, pois a análise realizada neste estudo aproveita as noções de *agribusiness* e sistema agroalimentar, bem como outras elaboradas para buscar compreender a magnitude das transformações ocorridas.

Entretanto, deve ser ressaltado que essas concepções, em especial a de *agribusiness*, tem fica-do presas às "cadeias produtivas" nas quais o núcleo tem como marca a hegemonia da agroindústria. Noutros termos, o centro engendrador dos movimentos organizados do "complexo agroindustrial" estaria ocupado pela agroindústria processadora. Esse fato representa uma limitação da abordagem, pois a realidade mostra situações nas quais as características técnico-produtivas e de organização empresarial são semelhantes, mesmo não ocorrendo a presença da agroindústria processadora. A banana na América Central e no Caribe consiste num exemplo incontestável desse fato e nessa cadeia exportadora de frutas frescas assume relevância o domínio sobre a logística de

produção e distribuição de produtos perecíveis. A concepção de agricultura tomada no sentido empregado neste trabalho permite superar essas limitações encontradas quando se utiliza a noção de "complexo agroindustrial", sendo mais compatível com a verdadeira expressão de *agribusiness*, ou seja, "negócio agrícola".

### 3 - PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECO NÔMICO E A DIFERENCIAÇÃO ENTRE AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA

A análise das transformações da agricultura no processo de desenvolvimento econômico tem-se calcado no pressuposto de que agricultura e agropecuária, enquanto conceitos, exprimiram e exprimem sempre a mesma base concreta, ou seja, referem-se a um igual conteúdo empírico. Entretanto, o conteúdo dos conceitos, enquanto formulações históricas e, portanto, sujeitas às vicissitudes das transformações, altera-se no devir das mudanças. A agricultura pode ser considerada a primeira atividade econômica sedentária do homem como decorrência da evolução da caça, da pesca e do extrativismo vegetal, estando ligada a elementos definidores da sobrevivência. Dessa maneira, da revolução neolítica à revolução agrícola do século XIX têm-se enormes rupturas em vários momentos históricos que alteram substancialmente o que se entende por agricultura.

A análise histórica, quando referenciada à última grande ruptura, que corresponde à passagem do feudalismo para o capitalismo, mostra bem o sentido que se quer dar à necessidade de diferenciação conceitual entre agropecuária e agricultura. No modo de produção feudal, a agricultura era o principal setor da economia, a maioria da população vivia no campo e a massa trabalhadora eram servos que produziam na terra e a ela estavam vinculados. As cidades eram habitadas quase sempre por pessoas consideradas marginais na ordem feudal e suas atividades, à orla dos castelos, eram condicionadas à dinâmica decorrente do domínio senhorial. A população urbana européia nos séculos XII a XV representava em torno de 10% do total, com o núcleo da sociedade localizando-se nas comunidades aldeãs imersas no latifúndio feudal. Este possuía uma organização sólida que lhe conferia enorme independência, conformando uma estrutura

praticamente autárquica. As lavouras e as criações eram a base da atividade econômica (PIRENNE, 1973).

Nas lavouras e nas criações realizavam-se atividades que produziam produtos finais quase sem-pre consumidos nos limites do próprio feudo. A tração era humana e paulatinamente ganhava espaço a tração animal, que ainda assim não rompia com os limites do feudo, pois os animais eram produzidos dentro de seus domínios. Os implementos rústicos eram forjados e aprimorados pela própria comunidade aldeã. As plantas e os animais eram uma contínua reprodução do material genético original disponível com poucas introduções de novas linhagens. O beneficiamento e o processamento eram realizados pelas próprias comunidades para suprir suas necessidades e as das classes as quais se subordinavam. No geral, a agricultura não recebia *inputs* externos dado, inclusive, a reduzida atividade comercial existente.

Nesse universo, no qual atividade produtiva era somente a agricultura, não existia diferenciação clara entre agricultura e agropecuária. Não sem razão que as primeiras análises econômicas representadas pelos fisiocratas tivessem uma enorme vinculação com a ordem natural e considerassem apenas o trabalho agrícola como produtivo (QUESNAY, 1983). O produto final era associado diretamente à terra, sendo as demais atividades, tanto as de suporte à sua produção como as de preparo para o consumo, consideradas partes intrínsecas e indissociáveis do trabalho agrícola. Nesse universo era compatível o entendimento de agricultura e agropecuária como conceitos explicitadores do mesmo conteúdo, pois o predomínio das lavouras e criações em todo o espaço geográfico não deixava margem para outra compreensão.

A constituição do capitalismo rompe com essa lógica em vários ângulos. O primeiro aspecto a ser destacado é que a indústria passa a corresponder ao núcleo produtivo engendrador de dinamismo na economia capitalista, pois incorpora na plenitude "as forças produtivas especificamente capitalistas" (OLIVEIRA, 1987). Nesse sentido, a agricultura passa a ser determinada progressivamente pelo movimento do desenvolvimento industrial. A ruptura com o regime servil, constituindo o trabalhador livre, ao mesmo tempo em que a população se urbanizava, transfere do campo para a cidade o

*locus* principal da atividade produtiva. Esse processo obriga a uma expansão e à modificações no processo produtivo, de maneira a propiciar o atendimento das necessidades da massa urbana em expansão, cujos contornos se denominou Revolução Agrícola.

A Primeira Revolução Industrial incorpora na sua própria concepção uma ruptura entre agropecuária e agricultura. O núcleo dinâmico era a indústria têxtil, portanto correspondendo à emancipação em relação à agropecuária da primeira atividade complementar inerente à agricultura. A arte de tecer o algodão dos aldeões feudais passou para o artesanato, depois para a manufatura, até consubstanciar-se numa indústria. A indústria têxtil, com toda a revolução das relações sociais de produção a ela inerentes e com a profunda modificação da divisão social do trabalho, não deixa de ser uma agroindústria. Entendê-la simplesmente como indústria impede que se visualize as profundas transformações que ela impôs à agropecuária, pois as relações sociais mutantes não foram somente a liberação do servo da gleba para torná-lo, como trabalhador livre, em operário. Como demandadora de algodão, produziu a necessidade de uma revolução nos processos produtivos agropecuários, os quais, realizados primordialmente nas terras recém-descobertas da América, conformaram os grandes latifúndios escravocratas.

No início, a expansão da produção de lã a partir da produção da ovinocultura, realizada na própria Inglaterra, chegou a sustentar a oferta de matéria-prima para a manufatura (OLIVEIRA, 1987). Entretanto, foi com o algodão que se concretizaram as condições da expansão em escala da produção (MANTOUX, 1988), viabilizadas pelas terras norte-americanas e pela escravização de africanos, numa recriação de práticas de trabalho compulsório feitas paradoxalmente para sustentar a expansão do trabalho livre na Inglaterra. A compreensão das transformações relacionadas à indústria têxtil, tendo como base apenas o espaço geográfico inglês, pode impedir a visualização da profunda mudança ocorrida num espaço mais amplo, no qual se inclui as zonas produtoras da matéria-prima e da tração motora dessa produção, bem como as áreas consumidoras dessas mercadorias. Noutras palavras, o processo de produção industrial de têxteis realizado na Inglaterra representou uma diferenciação entre a

agropecuária - agora sujeita às exigências da demanda em escala de matéria-prima - e a agricultura, com a separação do beneficiamento do algodão e do processamento do tecido.

Nos primórdios desse processo, a tração motora da produção, apesar de humana, não provinha da família camponesa. Era uma mercadoria comprada de um grande conjunto de empresas especializadas em aprisionar, transportar e vender escravos africanos. De qualquer forma era também um rompimento com a autarquia da agropecuária, que já não produzia a força motriz do processo produtivo dentro da fazenda. A evolução do processo industrial, com o avanço da metal-mecânica, aumentava a qualidade e a quantidade de implementos e ferramentas, principalmente nos grandes *plantations*, nos quais a exigência desses instrumentos era, ao mesmo tempo, grande em volume e específica quanto à adequação, dando suporte à criação de oficinas para fabricação dos mesmos. Contudo, seria a Segunda Revolução Industrial, iniciada no final do Século XIX, que iria propiciar uma alteração significativa com a mudança da força motriz para a tração mecanizada. A indústria de máquinas cria o trator agrícola, no início a vapor e depois a diesel, para substituir a tração animal e humana no processo produtivo em escala. Ao mesmo tempo, surge a revolução da química que gera os fertilizantes, os quais permitem intensificar o uso do solo bem como agregar áreas até então consideradas inaptas à agropecuária.

Dessa época em diante, o sistema de tratamento do solo não se resume mais ao clássico método de separação em campos, de maneira que, enquanto se plantava em uma determinada gleba numa safra, outras estavam em descanso para recuperar sua fertilidade para plantios futuros. A indústria de fertilizantes e corretivos viabilizou a exigência de intensificação do uso do solo em grandes áreas, repondo os nutrientes e corrigindo as deficiências químicas do solo. O produto agropecuário, embora continue produto biológico, não pode ser considerado mais tão natural, pois a terra, antes fonte perfeita da produção, foi corrigida em deficiências antes consideradas inexistentes e áreas antes imprestáveis puderam virar celeiros da produção em escala.

A indústria de tratores e implementos, avançando como força motriz do processo produtivo agropecuário, substitui

progressivamente a do homem, permitindo seu deslocamento para as cidades nas quais passa a exercer outras atividades exigentes de mão-de-obra. Não é simples a relação comumente apresentada, de que cada homem no campo tem de produzir proporcionalmente mais para atender o homem urbano, pois, mesmo na cidade, é o homem urbano que produz cada vez mais a força motriz que move o processo produtivo agropecuário. No plano demográfico, a população, antes rural, sofre um intenso processo de êxodo para passar a viver nas cidades (RANGEL, 1954). Do mesmo modo que a força motriz agropecuária provém da cidade, isso ocorre com as sementes e os reprodutores animais, agora criados em laboratórios de genética e não sendo mais produtos da seleção da própria lavoura em dado ano para plantar no seguinte.

A pesquisa agropecuária, que emergiu da Segunda Revolução Industrial, passou a realizar processos intensos de seleção para gerar sementes de variedades e raças mais produtivas das espécies cultivadas, ao mesmo tempo em que alargava o número de espécies utilizadas e os cruzamentos inter-específicos. A sofisticação desse processo forjou enormes estruturas produtoras de material genético para a produção agropecuária, cujos produtos são cada vez mais complexos e progressivamente realizados em ambientes separados da produção comercial final. O mesmo caminho percorreu a indústria de defensivos agropecuários que, com o advento da química, rompeu com o empirismo rudimentar do controle de pragas e doenças para constituir-se numa atividade estratégica, ou seja, mais um produto do homem urbanizado que move a produção rural.

As transformações até aqui detalhadas envolvem principalmente atividades de suporte à agropecuária. Entretanto, elas ocorreram também naquelas realizadas no pós-colheita. O beneficiamento e processamento avançaram para inúmeros outros produtos além do caso pioneiro dos têxteis. O açúcar de cana para indústria foi um produto que alargou o mercado quase na mesma época dos têxteis. Seguiu, contudo, um processo menos visível do ponto de vista espacial, pois ao invés da matéria-prima ir até a indústria como no caso do algodão, a estrutura industrial veio até o campo na forma dos engenhos primitivos que evoluíram para as modernas usinas açucareiras. Na essência, os

processos de transformação são semelhantes, verificando-se em outras atividades como é o caso dos laticínios, óleos vegetais, farináceos, carnes, etc, cuja locação espacial entre rural e urbano depende da especificidade do produto final.

De qualquer maneira reforça-se, com a agroindústria processadora, a separação entre agricultura e agropecuária. A agropecuária que havia deixado de ser setor "primário" no sentido de que se tornará cada vez mais uma "confeção de produtos biológicos" a partir de sementes, reprodutores, fertilizantes, corretivos, máquinas e implementos, agora deixa de ser setor gerador de "bens finais". A agropecuária, empregando insumos e máquinas, produz bens intermediários para uma atividade de agroprocessamento cada vez mais expressiva. Da mesma forma, a comercialização de produtos agrícolas sofre uma revolução, saindo das feiras das aldeias até constituir-se nos modernos equipamentos de vendas ao varejo. O processo de troca alarga-se progressivamente, afastando a relação direta original entre agropecuarista e consumidor, típica dos processos de reprodução simples, para constituir uma relação complexa, inerente aos processos de reprodução ampliada (MARX, 1983).

Numa economia monetária de produção, esse processo se "financeiriza" com a inserção do capital financeiro na agricultura (DELGADO, 1986). Portanto, as transformações produtivas da agricultura, ao romperem com o domínio do capital agrário *stricto sensu*, inserem-se num movimento mais amplo como espaço de reprodução do capital industrial, financeiro e comercial, ou seja, do capital em geral. A mercadoria produzida na agricultura, inserida na divisão social do trabalho típica do capitalismo, é majoritariamente produto do trabalho urbano, uma vez que a quantidade incorporada pelo segmento representado pela agropecuária é minoritária em relação ao total.

Desse modo, mesmo que a agropecuária seja desenvolvida só com o trabalho familiar, não se tem "produto da propriedade familiar", mas sim produto da agricultura capitalista produzido preponderantemente por trabalho assalariado utilizado na produção de insumos e máquinas e no processamento e distribuição. Até mesmo produtos consumidos *in natura*, como as frutas frescas (banana e uva) e cereais (arroz e feijão), têm participação majoritária de trabalho

assalariado nas fases anteriores e posteriores à agropecuária. Noutras palavras, o produto da agropecuária não se confunde mais com produto da agricultura, distinguindo-se de forma definitiva porque, em termos de valor, rompeu com a contradição da persistência das relações de produção pré-capitalistas na agricultura, ainda que subsistam parcialmente na agropecuária.

Nesse sentido, a realidade atual da diferenciação entre agropecuária e agricultura corrobora a formulação de MARX (1983), que em pleno século XIX escrevia: "a revolução que a grande indústria provoca na agricultura e nas condições sociais de seus agentes de produção só poderá ser abordada mais tarde ... Na esfera da agricultura, a grande indústria atua de modo mais revolucionário à medida que aniquila o baluarte da velha sociedade, 'o camponês', substituindo-o pelo trabalho assalariado. As necessidades de revolucionamento social e as antíteses do campo são assim, niveladas às da cidade. No lugar da produção mais rotineira e irracional, surge a aplicação consciente, tecnológica da ciência. A ruptura do laço familiar de agricultura e manufatura, que envolvia a configuração infantilmente não desenvolvida de ambas, é completada pelo modo de produção capitalista. Mas ela cria, ao mesmo tempo, os pressupostos materiais de uma síntese nova, mais elevada, da união entre agricultura e indústria com base em suas configurações antiteticamente elaboradas".

#### 4 - A INADEQUAÇÃO DA ANÁLISE DA ABORDAGEM TRADICIONAL DA AGRICULTURA, QUE FICA PRESA AOS LIMITES DA AGROPECUÁRIA

A análise da agricultura na abordagem tradicional não rompe com os limites da agropecuária. Essa formulação tem como ponto de partida a construção de três setores: primário, secundário e terciário. Dentro dessa ótica, a agricultura seria o setor primário, a indústria o setor secundário e o terciário corresponderia ao setor de serviços (CLARK, 1940). De uma situação facilmente perceptível dessa divisão antes da disseminação da segunda Revolução Industrial, essa abordagem enfrenta hoje uma clara deficiência para se estudar as chamadas economias industriais integradas.

A formulação tradicional, na forma

expressada por MYINT (1977), confere à agricultura papéis no processo de desenvolvimento econômico que dizem respeito apenas à agropecuária, ou seja, toma a parte como se fosse o todo. Nessa abordagem, as funções realizadas durante o processo de desenvolvimento econômico seriam: a) produzir alimentos e liberar de mão-de-obra para o setor industrial; b) ser mercado para os bens manufaturados; c) aumentar a poupança interna; e d) obter divisas pela exportação de produtos agrícolas. Na produção de alimentos ter-se-iam preços baixos pelo aumento da produtividade e mercado competitivo, resultado também obtido compulsoriamente através de políticas de preços aos consumidores, via tabelamento ou importações. Como mercado para os bens manufaturados, a forma voluntária seria aquela na qual os produtores decidiriam comprar manufaturas numa economia aberta às importações e compulsória quando exercessem essa decisão enfrentando políticas de restrição às importações. O aumento da poupança interna poderia ser exercido compulsoriamente por meio da taxaço do setor, ou voluntariamente com estímulos ao investimento dos produtores fora da sua atividade (MYINT, 1977). Trata-se, como se nota, de funções bastante restritas e passivas, enquanto inexoráveis ou indiscutíveis, frente à necessidade do processo de desenvolvimento.

Os modelos de desenvolvimento agrícola seguem o mesmo caminho na busca da explicação para a "dicotomia" agricultura/indústria, ao longo do tempo. ROSTOW (1969) concebe o crescimento econômico através de estágios distintos, numa periodização dentro da qual o atrasado metamorfosearia para o moderno. Nesse enfoque, a agricultura também encarada como se restringida à agropecuária teria um papel subordinado. Isso porque suas transformações são essenciais para que a sociedade se alimente sem ter que importar produtos. A modernização desse setor, nesse contexto, produziria mudanças fazendo-o perder paulatinamente sua importância na economia em expansão, ou seja, atribui-se um sentido negativista ao processo de transformação, ao modernizar-se para deixar de ser relevante.

A análise de RANIS & FEI (1961) alicerça-se nas mesmas bases para construir um modelo de dois setores, destacando a agricultura e a indústria numa economia fechada. Também

reproduzindo um conceito de agricultura preso aos limites da agropecuária, põe em destaque o papel da tecnologia, que teria a função de liberar mão-de-obra e garantir o suprimento de alimentos para a indústria. Também para RANIS & FEI (1961) as transformações são inerentes a um processo natural de crescimento econômico inexorável, findo o qual os países atrasados se tornariam desenvolvidos e modernizariam suas agriculturas.

A abordagem tradicional da agricultura baseia-se na capacidade setorial de dar sustentação à transformação da economia, desde que fossem cumpridas adequadamente suas funções no processo de desenvolvimento. Mantendo uma similaridade entre agricultura e agropecuária, para JOHNSTON & MELLOR (1961), essas funções seriam: a) produzir alimentos e matéria-primas para toda economia; b) liberar mão-de-obra para os demais setores; c) criar poupança para inversão em outros setores; d) alavancar a poupança interna via exportações, de forma a propiciar importações; e e) abrir mercados para produtos dos demais setores. As diferenças entre os modelos concebidos dentro da abordagem tradicional não são profundas no tocante ao papel da agricultura, que seria sempre igual independentemente do país, se continental ou de território reduzido.

A rigidez dessa equalização entre agricultura e agropecuária desloca a dicotomia estrutural fundamental da economia para a relação entre agricultura e indústria, ambas concebidas como setores autárquicos. Duas generalizações são estabelecidas a partir dessa concepção: a) o declínio secular da participação da renda agrícola; e b) a redução do emprego agrícola em termos relativos e mesmo absolutos. As explicações para a perda de importância relativa são que a agricultura repassa à indústria atividades que anteriormente lhe eram típicas e, como empregava basicamente trabalho no processo produtivo, ao passar a incorporar insumos produzidos fora do setor, desloca mão-de-obra para a cidade. Paradoxalmente, essa perda de importância relativa era sinal, quanto mais progressiva fosse, da magnitude da sua modernização. Ou seja, trata-se de uma contradição, pois o setor deve desenvolver-se para perder expressão econômica, política e social.

O estudo de JOHNSTON & KILBY (1977) mostra nitidamente essa inadequação

inerente à formulação tradicional. Os autores identificam três características comuns a todas economias tradicionais: a) a alta porcentagem da população empregada na agricultura; b) a baixa produtividade dessa numerosa força de trabalho; e c) embora os níveis médios de consumo situem-se acima do patamar de subsistência, prevalecem os alimentos amiláceos, menos preferidos nas sociedades modernas. As transformações dessa agricultura tradicional produziriam a elevação da produtividade do trabalho, liberando mão-de-obra para os demais setores e apesar da participação da renda agrícola cair em termos relativos, a redução populacional seria mais que proporcional, elevando a renda *per capita* rural e melhorando a condição de bem-estar da população rural. Portanto, mantida nos limites da agropecuária, a agricultura deve seguir a trilha da perda de relevância, não só para constituir-se moderna como para melhorar a qualidade de vida dos que dela dependem.

A concepção tradicional tem sido transportada para o caso brasileiro, sem qualquer questionamento do pressuposto inerente à setorização da economia adotada. O trabalho de DIAS (1967) é um exemplo esclarecedor dessa prática. Ao discutir o papel da agricultura no desenvolvimento econômico, o autor argumenta que um país de baixo estágio de desenvolvimento é definido como aquele de baixa renda *per capita*, com grande parte da população do setor agrícola e com a agricultura contribuindo com a maior parcela da renda interna. A agricultura será de subsistência, com baixo nível técnico e pouco intensiva em capital, com reduzida utilização de fatores de fora do setor agrícola. Mais uma vez, como não visualiza a diferenciação entre agricultura e agropecuária, o estudo não capta um movimento importante que ocorreu na agricultura brasileira no mesmo período, qual seja a constituição da agroindústria de processamento. De outro lado, confere à agricultura um papel passivo de ver-se esvair sua importância numa economia como a brasileira, que caracteristicamente é uma economia continental.

Mantendo-se preso aos limites de uma conceitualização inadequada, DIAS (1967) destaca duas funções básicas da agricultura no processo de desenvolvimento econômico: a) produção de alimentos e matéria-prima para atender as exigências de consumo interno e externo; e b) fornecimento de recursos para si e para os demais

setores da economia. O não atendimento das exigências do mercado consumidor, pela insatisfatória disponibilidade de alimentos a preços altos, produziria pressões salariais e diminuição da renda agrícola disponível para aquisição de bens e serviços dos demais setores, constituindo-se em obstáculos ao processo de desenvolvimento econômico. Por outro lado, a modernização da agricultura, tornando-a mais produtiva, propiciaria a transferência de recursos para outros setores econômicos.

A limitação decorrente do caráter a-histórico da concepção utilizada reduz o alcance das medidas propostas. Dentro dessa visão reducionista, segundo DIAS (1967), o impulsionamento do processo de transformação da agricultura brasileira deveria estar baseado em programas destinados a aumentar a produtividade da agropecuária, com a geração e difusão de tecnologia realizadas por instituições de pesquisa agropecuária e organismos de extensão rural; adoção de um sistema de educação que reduzisse drasticamente o analfabetismo, o qual obstaculiza o emprego de técnicas modernas; e a constituição de uma grande infra-estrutura de apoio. Essa perspectiva não conseguiu sequer captar as transformações estruturais já consolidadas na agricultura paulista, pois, como se sabe, a geração e difusão de tecnologia ultrapassara os limites da agropecuária, já em 1962, com a criação do Centro Tropical de Tecnologia de Alimentos junto ao Instituto Agrônomo da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Semelhante problema pode ser encontrado no clássico estudo da agricultura brasileira realizado por PAIVA; SCHATTAN; FREITAS (1973). Os autores destacam como objetivos básicos a serem alcançados: a) aumentar a oferta de alimentos e matéria-prima a preços menores; b) elevar a renda líquida do próprio setor, abrindo mercado para o consumo de produtos não-agrícolas; c) aumentar o número de empregos no setor agrícola e as condições de acesso à terra; d) melhor distribuição da renda setorial com maiores salários e melhores condições de trabalho; e e) garantir níveis satisfatórios de qualidade de vida. Desses, os dois primeiros seriam fundamentais pelos efeitos altamente benéficos ao processo de desenvolvimento econômico do País, daí a exigência da modernização. Da mesma maneira, não compreendem a magnitude do processo em

curso à época ao restringirem-se ao estrito conceito de agropecuária, que obscurece a visão da globalidade do movimento.

As formulações teóricas citadas, de suporte à implementação de um processo de modernização da agricultura brasileira, não vislumbram a perspectiva de que essa transformação estrutural se conforma espacial e setorialmente, de forma muito mais ampla que a abordagem tradicional permite conceber. O processo provoca uma intensificação extrema da integração intersetorial, diminuindo ou mesmo eliminando os limites e principalmente alargando a base produtiva da agricultura numa crescente e profunda diferenciação entre a parte, agropecuária, e o todo representado pela agricultura, que incorpora a indústria de insumos e máquinas e a agroindústria de processamento, bem como um amplo segmento de serviços especializados.

Um dos pontos intocáveis da abordagem tradicional é a consequência inexorável de perda da importância relativa da agricultura, como produto do processo de desenvolvimento. Assim, ocorreria um **declínio secular da participação da renda agrícola**. Ao vislumbrarem uma economia em movimento, mesmo que programada em estágios, do atrasado para o moderno, os mentores da análise tradicional, mantendo rígido o conceito de agricultura, equalizando-o todo tempo com o de agropecuária, não perceberam que as mudanças no conjunto do que chamavam agricultura produziria um setor radicalmente distinto do seu ponto de partida e não só nos aspectos tecnológicos e de sua produtividade intrínseca, mas também na sua abrangência.

Mesmo para o caso clássico, os Estados Unidos, de acordo com o trabalho de ROY (1967), a abordagem tradicional explicaria apenas 11% dos negócios agrícolas do país, não captando outros 68% do segmento de processamento/distribuição e 21% do setor de insumos agropecuários. Esse declínio representa na verdade a comprovação da limitação da abordagem, pois, no critério de agricultura como *agribusiness*, os resultados são radicalmente distintos. No caso da agricultura norte-americana, se não apresenta um avanço significativo, pelo menos não exibe uma queda relativa tão pronunciada da participação setorial. Desenvolvidos, os Estados Unidos são ainda a maior nação agrícola do mundo e têm nesse setor

expressiva fonte da renda e do emprego nacional.

Outro ponto considerado pacífico na abordagem tradicional é que o processo de desenvolvimento **reduz o emprego agrícola em termos relativos e, mesmo, absolutos**. Da mesma forma que no caso da renda pode-se estar perpetuando um produto da estreiteza do conceito. A abordagem tradicional da agricultura, com relação ao emprego, também reduz-se à agropecuária e, como em todo processo, ocorre um incremento substancial da produtividade do trabalho nesse segmento, mesmo com uma expansão substantiva da produção e área cultivada pode ocorrer até mesmo uma redução absoluta do emprego. Contudo, a agricultura transmuda-se e tomado o conceito na sua nova amplitude, considerando-se os segmentos de insumos e de processamento/distribuição a ela associado, certamente não se teria resultados empíricos da monta dos obtidos em termos de redução do emprego.

A mesma argumentação no tocante à renda é válida para o emprego, uma vez que segmentos industriais da agricultura produzem um aumento substantivo do emprego, muito mais expressivos em economias continentais e tradicionalmente produtoras agrícolas, como são os casos norte-americano e brasileiro. A abordagem tradicional confunde aí dois processos distintos: transformação da agricultura e urbanização. O primeiro é decorrente de modificações na estrutura de produção e o segundo resultado da realocação espacial da população entre o campo e a cidade. Os dois são inerentes ao desenvolvimento capitalista e ocorrem concomitantemente, na mesma intensidade ou não. Contudo, têm faces diferenciadas.

O incremento da industrialização eleva o emprego urbano e produz transformações no processo produtivo. No entanto, a urbanização é um processo em que a população rural busca as cidades, sem que isso necessariamente signifique rompimento com o emprego rural. Os trabalhadores volantes são exemplos típicos de empregados rurais com residência urbana; se tomado no sentido ampliado, com o conceito de agricultura abarcando a indústria de insumos e de processamento/distribuição além da produção agropecuária, o nível de emprego abrangido será certamente maior. Assim, também a redução do emprego é, no mínimo, discutível

por não considerar a estreiteza do conceito de setor agrícola utilizado, mantido estático num universo em movimento.

A inadequação da abordagem tradicional de agricultura pode ser verificada por inúmeros aspectos da realidade sobre os quais não apresenta encaminhamentos explicativos. O **primeiro** a ser citado está no fato de que os países mais desenvolvidos do mundo, os Estados Unidos e o bloco da União Européia (UE), não são apenas as maiores potências industriais, mas também possuem as principais agriculturas. Dessa maneira, a **tendência secular à insignificância** além de não ter se concretizado como realidade, deu-se ao contrário, colocando, pela sua importância estratégica, a agricultura como ponto fundamental nas disputas comerciais ensejadas recentemente no âmbito da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

**Outro ponto** está na generalidade implícita nessa formulação, tratando indistintamente as nações e, portanto, ignorando suas particularidades geográficas e históricas. Nesse aspecto, o desenvolvimento da Inglaterra e do Japão, economias insulares, certamente produziram desempenhos e exigiram funções dis-tintas dessas agriculturas. A revolução dos têxteis na Inglaterra só ganhou impulso com a colonização da América do Norte e o descumprimento da função fornecedora de matérias-primas não se constituiu em impedimento à formação da maior potência econômica do mundo no século XIX.

No mesmo sentido tem-se a função de liberar mão-de-obra, que na verdade criou um enorme conjunto de problemas em razão do excedente populacional inglês. Várias foram as medidas tomadas pelos governos ingleses, visando e não conseguindo estancar o êxodo rural por falta de ocupação produtiva nas cidades. A crise do excedente populacional na Inglaterra, Europa e mesmo no Japão foi reduzido com a migração em massa para o continente americano no qual essa incorporação (e não liberação) de mão-de-obra pela agricultura impulsionou o desenvolvimento econômico.

O **terceiro aspecto** que merece ser realçado está no fato de que a agricultura na concepção tradicional, ao não apreender o universo geográfico, leva à incompreensão do seu papel integrador do mercado nacional. Em países continentais, com enormes vazios geográficos a

serem preenchidos produtivamente, especialmente no caso brasileiro, com enorme excedente populacional na região nordestina a ser ocupado produtivamente e incorporado ao mercado nacional, torna-se fundamental pensar num processo de transformação que concretize esses objetivos nacionais. No caso da agricultura nordestina, sua pequena expressão econômica frente à massa de população regional torna necessário impulsionar polos de desenvolvimento que elevem a participação da agricultura na renda regional, ampliando as possibilidades de emprego e com isso abrindo espaço para a alavancagem do desenvolvimento local. O processo de desenvolvimento nesse caso passa pelo fortalecimento da agricultura como um objetivo estratégico e não como mero instrumento de sustentação dos demais setores.

**Finalizando**, para compreender e impulsionar o desenvolvimento de economias continentais deve-se eliminar a pecha maléfica de setor tendente a insignificância, principalmente pelos seus corolários políticos. A perda da importância relativa prognosticada no plano econômico deveria ser acompanhada pela redução da força política dos segmentos sociais ligados à agricultura. Entretanto, isso não ocorreu, como pode ser demonstrado pela força dos agricultores franceses, norte-americanos e mesmo brasileiros. Na verdade, o entrelaçamento de interesses de agroindústrias, comerciantes, banqueiros e trabalhadores conformam na agricultura moderna um enorme bloco político que pode não ser rural, mas não deixa de ser agrícola. Pelos acontecimentos atuais em países desenvolvidos, e mesmo no Brasil, nada indica no sentido de que esse poder político tenda a se tornar insignificante, embora tenha alterado bastante suas agendas de reivindicações. Por todos esses elementos característicos de sociedades desenvolvidas, a agricultura está longe da insignificância.

## 5 - AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA, CULTURAS E CADEIAS PRODUTIVAS: DIFERENCIAÇÃO NA BUSCA DE MAIOR PODER DE COMPREENSÃO

A crítica da formulação tradicional exige um esforço de busca de uma alternativa conceitual que apreenda a riqueza das transformações realizadas, bem como permita

discutir as implicações dessas mudanças na formulação de políticas públicas setoriais. A diversidade de ângulos de que podem ser visualizadas as mudanças ocorridas tem produzido do mesmo modo uma enorme gama de conceitos para caracterizar essa nova realidade. Nesse conjunto de análises, a unanimidade refere-se ao fato de que as antigas perspectivas que abordam cada setor como elemento autônomo, desprovido de subordinação e inter-relação com os demais, perderam poder explicativo.

As concordâncias, contudo, terminam nesse ponto, dado o universo de conceitos que afloram nesse esforço de pensar a nova realidade. DAVIS & GOLDBERG (1957) cunharam para o caso norte-americano a formulação de *agribusiness* na qual abarcam, num único agregado, a indústria de insumos, a produção agropecuária, a indústria processadora e a estrutura de distribuição de produtos finais oriundos da agricultura. Esse agregado ganha concretude empírica com a utilização da matriz insumo-produto de LEONTIEF (1983). No caso brasileiro, RANGEL (1962 e 1986) já havia chamado a atenção para o fato de que, no tocante à função de produzir bens, a agricultura moderna deveria ser estudada no contexto das matrizes intersetoriais.

MALASSIS (1969), analisando a agricultura francesa deu uma dimensão histórica a esse agregado, constituindo o conceito de **sistema agroalimentar** formado de inúmeras cadeias ou *filières* que produzem o produto final. Nessa visão, a transformação decorrente do desenvolvimento capitalista, constituiria o sistema agroalimentar que abarca um amplo conjunto de atividades de produção, distribuição e serviços relacionados com as necessidades de alimentos e matéria-prima de origem agropecuária. Dessa forma, entendendo sua constituição no processo histórico de desenvolvimento capitalista, a formulação de sistema agroalimentar capta a mesma amplitude da de *agribusiness*.

Dessas duas concepções originais tem-se nos estudos da agricultura brasileira uma grande pro-fusão de conceitos, cada qual ensejando uma amplitude característica. GUIMARÃES (1979) pioneiramente, para a economia brasileira, utilizou o conceito de complexo agroindustrial para mostrar a integração técnico-produtiva entre a agropecuária e as indústrias a montante e a jusante. LAUSCHNER (1975) aplica a formulação de *agribusiness* para defender que ape-nas nessa

acepção ampla é permitido o entendimento da problemática e o ensejo de uma política consistente de desenvolvimento da agricultura. A análise mais profunda dessa visão é de MULLER (1981) estudando em toda amplitude a dinâmica do complexo agro-industrial brasileiro, tanto nos seus aspectos técnico-produtivos, como de poder de mercado, ao identificar o núcleo do Complexo Agroindustrial (CAI).

O período recente tem sido marcado por um amplo debate conceitual com críticas às formulações originais, bem como a proposição de alternativas. A análise de GOODMAN; SORJ; WILKINSON (1990), por exemplo, afirma que agricultura é tudo aquilo que ainda não virou indústria, sendo que por um processo de apropriação crescente, embora às vezes ainda parciais e descontínuos, a produção agropecuária se transforma em indústria de base biológica, na qual o substitucionismo promove até mesmo a indiferenciação da matéria-prima frente a diferentes produtos finais. Para esses autores não existiria o grande complexo agroindustrial que supõe a presença de capitais homogêneos e não contraditórios, bem como uma limitação desse conceito é sua suposição de um processo unificado de produção.

A formulação de DELGADO (1986) confronta a tese de que os capitais são diferenciados. Para esse autor, a característica do processo é a integração de capitais, dada uma prévia integração técnico-produtiva. Desse modo, no avanço de uma economia monetária de produção, na qual a órbita financeira ganha posição cada vez mais importante na agricultura, tem-se a existência cada vez mais nítida do capital em geral, descaracterizando os particulares capitais agrários, industriais e comerciais. Tal como qualquer outro ramo, tem-se na produção agropecuária a aplicação de capitais como uma das esferas do domínio do capital financeiro.

A análise do processo de transformação da agricultura brasileira deu origem a uma visão histórica alternativa, calcada na apreensão da passagem do complexo rural para os complexos agroindustriais. Essa perspectiva é tributária da concepção de RANGEL (1954) que pensa o desenvolvimento econômico brasileiro a partir da desagregação do complexo rural, sendo que cada atividade que se emancipa dos limites da propriedade rural dá origem a um particular ramo industrial. O trabalho de KAGEYAMA et

alii (1990) avança enormemente nessa formulação ao mostrar historicamente como se dá, no Brasil sob os auspícios do Estado, a modernização e a industrialização da agricultura, constituindo os complexos agroindustriais.

De forma bastante original, agregando ao debate as concepções institucionalistas de orquestração de interesses, GRAZIANO DA SILVA (1991) numa abordagem neocorporatista concebe "os complexos como verdadeiras máquinas de organizar in-teresses para o processo de elaboração e implementação dessas políticas públicas específicas, um dos elementos centrais na explicação das dinâmicas particulares dos distintos processos". Nota-se nessas abordagens, a amplitude do debate conceitual contemporâneo que dá sustentação ao surgimento de um diversificado e amplo conjunto de abordagens, cada qual particularizando uma ótica do processo. A profusão de conceitos tem como marca fundamental a caracterização da profunda alteração na morfologia do processo produtivo.

Entretanto, o debate em torno de conceitos pode tornar-se num embate semântico no qual poderá ser perdido o que realmente importa: o conteúdo e as implicações futuras das transformações ocorridas<sup>7</sup>. Para se ter uma idéia do intrincado debate a que isso está afeto basta somente enumerar as principais correntes analíticas. BARROS (1989) enseja o fluxo produtor-consumidor como um processo de produção no qual, a partir da atividade na terra, tem-se a incorporação ao produto agrícola de utilidades de lugar (transporte), tempo (armazenagem), forma (processamento/beneficiamento) e posse (acesso). Dentro dessa concepção tipicamente neoclássica tem-se, portanto, a produção e comercialização de produtos agrícolas, em concorrência perfeita no encadear de diferentes mercados no fluxo físico produtor-consumidor, que daria base a um fluxo monetário em sentido inverso. Distinta é a concepção de cadeia produtiva de MULLER (1991), na qual não impera a concorrência perfeita, dado o poder de mercado do núcleo do complexo agroindustrial que consiste "numa determinada capacidade de articulação que provoca impactos generalizados na cadeia e que imprime a ela uma certa duração e dando seus limites".

A abordagem dos complexos agroindustriais, tanto na concepção de

KAGEYAMA et alii (1990) ou na acepção de GRAZIANO DA SILVA (1991), são próprios para análises históricas da formação desses complexos, mediados por políticas públicas específicas para cada segmento, podendo até mesmo, na tônica neocorporatista, ser utilizada para estudos de formação de preços em economias de grande empresa. Por outro lado, tem-se ainda a formulação de "rede agroalimentar", concebida por GREEN & SANTOS (1991) para destacar a importância da contribuição dos serviços na conformação do fluxo de produtos agroalimentares, constituindo imensas redes multi-ramificadas que processam e distribuem essas mercadorias num amplo espaço geográfico.

A grande maioria das análises estão associadas à noção de agroindústria, tendo como pressuposto a predominância da atividade de processamento como agregadora de valor no fluxo produção/consumo de produtos da agricultura. Entretanto, tal concepção, de complexo agroindustrial, não consegue abarcar toda a riqueza de situações resultantes das transformações operadas pelo processo de desenvolvimento. Para mostrar essa limitação basta considerar dois produtos finais classicamente ligadas à agricultura moderna e com presença importante no comércio internacional: o suco de laranja e a banana.

A conformação do complexo citrícola, tanto na região norte-americana da Flórida como na brasileira em São Paulo, está associada à posição marcante da agroindústria processadora predominando na cadeia produtiva, na qual a indústria de insumos e máquinas, agropecuária e as estruturas de distribuição são "organizadas" por inúmeras formas de contratos, visando constituir um produto final agriprocessado. Esse é o caso mais geral, podendo ser identificado numa série de produtos como o açúcar e o álcool, o frango e os ovos, nos quais não existem atividades autônomas de agropecuária e indústria, mas todo um conjunto delas encadeadas segundo normas rígidas de procedimentos. Enfim, tem-se aí na plenitude o que se convencionou denominar "complexo agroindustrial".

Entretanto, na banana para mesa, cujo consumo tem crescido expressivamente no mercado internacional, tem-se as mesmas características sem a presença da agroindústria processadora. O "complexo bananeiro", no tempo histórico, se rivaliza com os demais, sendo sua

origem datada do final do século passado com o surgimento da United Fruit Co. na América Central. As grandes companhias que dominam o fluxo produção/consumo de banana atuam mediante contrato com bananicultores, ou através de produção própria e procedem um sofisticado tratamento pós-colheita, bem como organizam toda uma logística de transporte e distribuição, nos vários pontos do mundo, sem o que um produto perecível e altamente depreciativo quando submetido a choques físicos, dificilmente atenderia às exigências dos consumidores de alta renda dos países desenvolvidos. Por outro lado, a característica diferenciadora de um produto não processado está presente na venda com marcas próprias, numa disputa de mercados oligopólicos. Tem-se aí, dessa maneira, todos os elementos básicos definidores da agricultura moderna, na ausência da agroindústria processadora (GONÇALVES; PEREZ; SOUZA, 1994).

A concepção de complexo agroindustrial revela-se assim estreita para compreender toda magnitude do movimento da agricultura moderna, não podendo ser utilizada como tivesse o mesmo significado de *agribusiness* tal como foi realizado por ARAUJO; WEDEKIN; PINAZZA (1990). Isso vale tanto para a concepção de complexo agroindustrial como um todo como para a visão de vários complexos agroindustriais. Tal ocorre em razão de que esses conceitos não abarcam um segmento cujo volume de transações apresenta-se crescente no comércio internacional e nos mercados internos das economias modernas, como são os casos das frutas *in natura*. A utilização de recorte analítico calcado na diferenciação crescente entre agricultura e agropecuária não apresenta esse inconveniente, podendo mesmo abranger a amplitude do conceito de "negócio agrícola", tal como concebido por DAVIS & GOLDBERG (1957). A agricultura abrangeria todo um complexo de atividades executadas para realizar a constituição de um produto final, dentro dos requisitos de qualidade das economias desenvolvidas, nas quais os produtos diferenciados e compatíveis com as exigências da demanda são a tônica das expansões de mercado. Da mesma forma, a agropecuária caracterizaria um segmento dessa agricultura crescentemente rivalizado pelo predomínio dos demais segmentos agregadores de valor a esse produto final.

A visão da matriz produtiva da

agricultura tem uma horizontalidade marcada pela indústria de insumos e máquinas, agropecuária, agroindústria processadora e estrutura de beneficiamento/distribuição associada à verticalidade na qual visualizam-se várias cadeias produtivas. Esse aspecto é pouco analisado uma vez que, ainda na situação original na qual a agricultura e agropecuária se representavam praticamente a mesma realidade, existiam enormes diferenças internas em razão das distintas culturas. Quando a agropecuária produzia um produto final tinha-se pouca incorporação de insumos e máquinas, mas ainda assim os processos produtivos das diversas culturas eram extremamente diferenciados, produzindo desdobramentos nas regiões nas quais exerciam seu predomínio.

A cana para indústria tem requisitos diferentes do café, este da soja e outros cereais e todos eles da pecuária. O elemento articulador que permitia incorporá-los num único conjunto denominado agropecuária era o fato de que exigiam a produção na terra, ou seja, tinham um processo caracteristicamente mediado por influências de cunho biológico. Sob outra ótica, era clara a distinção horizontal no sentido das diferenças entre as culturas e suas inserções geopolíticas e econômicas que reproduziam verticalizações específicas no fluxo produção/consumo. Com o crescente aprofundamento da diferenciação entre a agricultura e a agropecuária, essas culturas num alongamento vertical de seus processos produtivos, formaram as cadeias produtivas, às vezes entrelaçando-se entre si. Desse modo visualiza-se na agricultura, quando olhada verticalmente, uma gama de cadeias produtivas ligadas a um ou vários produtos finais.

Numa sofisticação analítica, para aprimorar o conceito às exigências da agricultura moderna, pode-se incorporar uma diferença entre "seqüência produtiva" e "cadeia produtiva". A constituição de um produto final com alta competitividade no mercado internacional e também nacional, numa situação de economias mais abertas, exige uma harmonização extrema de todos os passos de construção dessa mercadoria com qualidade elevada para atender ao exigente consumidor dos países desenvolvidos, diferenciando-se dos demais concorrentes.

A realização dessa sistemática, por várias empresas independentes, só se torna

possível com um processo de orquestração de interesses que reduza as instabilidades dentre elas, levando-as a confluir para um objetivo comum, sem o que a competitividade pode ser comprometida. Quando essa orquestração não ocorre, como no caso dos têxteis no Brasil, tem-se uma mera "seqüência produtiva", desconexa e não competitiva, pois a despeito da modernidade de alguns segmentos, observa-se um profundo conflito entre os elos produtivos que impedem a soldagem de interesses. Contudo, na presença da consensuação, constituem-se uma "cadeia produtiva" na qual ao invés de cada qual preocupar-se exclusivamente com seu bem intermediário, existe uma procura de solidarizar-se na produção de um dado bem final. Essa perspectiva permite incorporar a visão neocorporatista de GRAZIANO DA SILVA (1991) na qual a constituição das diferentes "cadeias produtivas" tem a presença do Estado como elemento importante para sua concretização.

## 6 - AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: PARTICIPAÇÃO RELATIVA CRESCENTE NA RENDA NACIONAL

No plano mundial, o trabalho recente de GOLDBERG (1990) enfoca a perspectiva que o autor denomina sistema agroalimentar global. Para esse estudioso, em razão da Revolução Industrial, houve uma desagregação e desenvolvimento de operações produtivas da agricultura, dando origem a uma grande atividade integrada na qual um conjunto de segmentos comerciais se inter-relacionam. Tem-se nessa formulação um grande agregado no qual os empresários, na definição de suas estratégias, consideram o valor adicionado desde o fornecedor de insumos até o consumidor final. Também as ações governamentais, para serem efetivas, tem que apreender toda essa diversidade para permitir a utilização de instrumentos que provoquem impactos desejados na realidade.

Analisando a evolução do valor adicionado do complexo produtivo da agricultura mundial, num grande agregado dividido em três segmentos essenciais, GOLDBERG (1990) mostra as tendências setoriais. No sentido global, de 1950 a 1980, o valor cresceu significativamente, passando de US\$419 bilhões para US\$3.125 bilhões (7,4 vezes), tendo como tendência uma expansão ainda maior. Na

dinâmica dos segmentos nota-se que a agropecuária tende a decrescer (30% em 1950 para 24% em 1980) e a produção de insumos agropecuários cresce pouco no período 1950-80 (10% para 12%). Em contrapartida o processamento/distribuição assume de maneira inequívoca a preponderância sobre o complexo produtivo da agricultura, respondendo por parcela crescente do valor adicionado, saindo de 60%, em 1950, para 64%, em 1980, e tendendo a aumentar sua participação (Tabela 1).

LAUSCHNER (1975) consolida informações para vários períodos e analisa os impactos do avanço da agricultura americana. Além de responder por parcela crescente e importante do emprego, a agricultura dos EUA apresenta notável dinamismo em termos de geração de renda. Isso contradiz frontalmente os resultados da abordagem tradicional, de renda e emprego da agricultura carentes proporcionalmente aos demais setores no processo de desenvolvimento. Na dinâmica entre os segmentos nota-se que a agropecuária, preponderante em 1910 com 54% do valor adicionado, reduziu seu peso relativo para 11%, em 1965; em contrapartida, há o avanço dos insumos agropecuários (11% para 21%) e do segmento de processamento/distribuição (35% para 68%) (Tabela 2).

As análises para a agricultura brasileira têm seguido a abordagem tradicional que permite tão somente uma visão parcial da questão. ANJOS; YAMAGUSHI; CARVALHO (1988) seguem nessa linha, abordando vários aspectos do setor agrícola brasileiro, analisam os principais indicadores para vários segmentos e atividades do complexo rural brasileiro, tendo como eixo a abordagem tradicional de agricultura. O crescimento histórico da mão-de obra ativa terá se comportado como o esperado para países em desenvolvimento, recuando de 27,5% em 1940 para 17,7% em 1980, tendo passado de 11,3 milhões para 21,1 milhões de trabalhadores. No tocante à renda, os autores reafirmam a perda progressiva da participação do setor agrícola, pois sua parcela no Produto Interno Bruto (PIB) teria recuado de 25% em 1950 para 12,1% em 1980. As quedas da renda e do emprego seriam decorrência do processo de desenvolvimento econômico. Tais resultados são os esperados dentro da abordagem tradicional de avaliar uma realidade.

O Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES), principal agência estatal de financiamento de investimento, procurou montar um diagnóstico e definir as perspectivas da agricultura brasileira, avaliando as relações inter-setoriais. Esse trabalho, coordenado por RAMALHO (1988), traça um perfil importante do complexo produtivo da agricultura brasileira, discutindo seus principais desdobramentos. Como setor econômico avalia-o como responsável por 40% do PIB e, tomando apenas a agropecuária e a indústria processadora de alimentos, verifica que a participação na formação bruta de capital elevou-se de 13,7% em 1975 para 17% em 1980. Quanto às perspectivas, argumentam que são poucos os países que apresentam todos os segmentos da agricultura e possuem o potencial

TABELA 1 - Estimativa do Valor Adicionado<sup>1</sup> da Agricultura Mundial, 1950-2028

(em bilhão de dólares)

Ano	Insumos agropecuários			Produção agropecuária	
	Valor	%		Valor	%
1950	44	10		125	30
1960	69	11		175	28
1970	113	12		255	26
1980	375	12		750	24
2000 <sup>2</sup>	500	9		1.115	20
2028 <sup>2</sup>	700	7		1.463	14
Ano	Processamento e distribuição			Total	
	Valor	%		Valor	%
1950	250	60		419	100
1960	380	61		624	100
1970	600	62		968	100
1980	2.000	64		3.125	100
2000 <sup>2</sup>	4.000	71		5.615	100
2028 <sup>2</sup>	8.000	77		10.163	100

<sup>1</sup>Valor adicionado por segmento, segundo o critério das contas nacionais.

<sup>2</sup>Projeção.

Fonte: GOLDBERG (1990).

TABELA 2 - Estimativa do Valor Adicional<sup>1</sup> da Agricultura Norte-americana, 1910-65

*Agricultura em São Paulo, SP, 42(1):73-100, 1995.*

(em bilhão de dólares)

Ano	Insumos agropecuários			Produção agropecuária	
	Valor	%		Valor	%
1910	1,0	11		4,8	54
1947	12,8	20		16,5	26
1954	16,4	21		13,1	17
1965	32,0	21		16,0	11
Ano	Processamento e distribuição			Total	
	Valor	%		Valor	%
1910	3,1	35		8,9	100
1947	33,6	54		62,9	100
1954	45,5	62		75,0	100
1965	102,0	68		150,0	100

<sup>1</sup>Valor adicionado por segmento, segundo o critério das contas nacionais.

Fonte: LAUSCHNER (1975).

para o seu desenvolvimento, dentre os quais se destacam os Estados Unidos e o Brasil pelas dimensões continentais.

A análise econômica por setores ganha ênfase exatamente nesse conjunto de países continentais, em face da dificuldade de explicar os processos econômicos tão somente pela visão dos departamentos (bens de produção, bens de consumo capitalista e bens de consumo salário), daí não poder ser relegada a plano inferior o caso brasileiro. Tomando dados da economia nacional para o período 1970-88, tem-se uma participação crescente da agricultura na renda nacional, saltando de 26% em 1970 para 31% em 1980 e atingindo 42% em 1988 (Tabela 3). Contradizendo frontalmente a tese do declínio secular oriundo da abordagem tradicional, as cadeias produtivas da agricultura aumentam seu peso relativo na economia com o processo de desenvolvimento econômico.

Quanto à participação dos segmentos do complexo produtivo da agricultura, em termos de valor adicionado, essa relação é mutante no tempo, definindo o subsetor de

processamento e distribuição como o mais dinâmico da cadeia produtiva. O valor adicionado pelo segmento produtor de insumos agropecuários recua de 12% em 1970 para 7% em 1988 e o da agropecuária sofre queda de 38% para 25% em termos de valor adicionado no mesmo período. Por outro lado, o processamento e distribuição elevam sua importância relativa de 50% para 68% no intervalo de anos utilizado (Tabela 3). Portanto, numa realidade na qual a vertica-

TABELA 3 - Estimativa do Valor Adicional<sup>1</sup> da Agricultura Brasileira, 1970-88

(em bilhão de dólares)

Componente	1970		1980		1988	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Insumos agropecuários	3,3	12	8,5	11	10,0	7
Produção agropecuária	10,4	38	20,8	28	37,0	25
Processamento e distribuição	13,7	50	45,4	61	101,0	68
Subtotal agricultura	27,4	100	74,7	100	148,0	100
Produto interno bruto do Brasil (PIB) <sup>2</sup>	103,4	(26)	235,0	(31)	350,0	(42)

<sup>1</sup>Valor adicionado por segmento, segundo o critério das contas nacionais.

<sup>2</sup>Os dados entre parênteses representam a participação do complexo produtivo da agricultura no PIB brasileiro de cada ano.

Fonte: ARAUJO; WEDEKIN; PINAZZA (1990) para 1970-80 e GOLDBERG (1990) para 1988.

lização crescente é a marca do desenvolvimento da agricultura, seja através de estruturas industriais de transformação, seja por meio da formação de grandes conglomerados cooperativos, a renda setorial é apropriada em sua maior parcela nos segmentos a jusante da produção agropecuária, fato de singular importância para a adoção de medidas redistributivas.

Restaria ainda discutir a performance do emprego na agricultura frente ao processo de desenvolvimento econômico. No entanto, as estatísticas disponíveis não permitem uma análise consistente da evolução dessa variável econômica, quando se toma todo o complexo da agricultura, uma vez que os dados refletem a setorialização tradicional e encontram-se numa forma de agregação que impossibilita a redefinição dos limites setoriais. A reordenação dessas informações encontra obstáculos intransponíveis que são resultados do próprio entrelaçamento setorial ocorrido com o desenvolvimento econômico. O setor de serviços, por exemplo, tem um crescimento expressivo na população economicamente ativa, saltando de 19%, em 1940,

para 54%, em 1989 (Tabela 4).

Entretanto, duas transformações importantes da estrutura do mercado se fazem necessárias ressaltar e que estão mascaradas nesse "crescimento" dos serviços, dando espaço para as teorias de "terceirização" da economia. A **primeira** é que nesse contingente de serviços estão incorporados vários segmentos outrora inclusos na estrutura de emprego industrial (vigilância, limpeza e mesmo trabalhos especializados como engenharia e projetos, antes executados por empregados da indústria e que hoje são realizados por contratação de prestação de serviços especializados). Na agricultura, tal

TABELA 4 - Distribuição da População Economicamente Ativa, por Setor de Atividade Econômica, Brasil,

1940-89

Ano	Agricultura			Indústria	
	Número	%		Número	%
1940	9.725.000	66,0		2.052.800	14,0
1950	10.252.839	59,9		2.427.364	14,2
1960	12.276.908	54,0		2.940.242	12,9
1970	13.087.521	44,3		5.295.417	17,9
1980	13.109.415	29,9		10.674.977	24,4
1989	14.034.883	22,5		14.365.258	23,0

  

Ano	Serviço			Total	
	Número	%		Número	%
1940	2.980.700	20,0		14.758.500	100
1950	4.437.159	25,9		17.117.362	100
1960	7.532.879	33,1		22.750.029	100
1970	11.174.276	37,8		29.557.214	100
1980	20.012.371	45,7		43.796.763	100
1989	34.113.035	54,5		62.513.176	100

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

fato também se dá com serviços de manutenção de máquinas e de assistência técnica especializada, também executadas por micro-empresas numa crescente "terceirização". A **segunda** é que uma grande parte das atividades comerciais compreende a evolução de ações indiretas ligadas à agricultura, como a estrutura varejista de insumos e máquinas, a rede atacadista e varejista de produtos da agricultura e mesmo entidades financeiras ligadas à produção agropecuária, cuja separação é impossível de ser efetuada, embora atuem no próprio espaço produtivo da agricultura, como certamente ocorre em relação à indústria. Assim tem-se na categoria serviços, um emaranhado de situações distintas que impedem uma identificação precisa do ramo de atuação.

A inter-relação entre os setores traz também problemas de mensuração do emprego entre a agricultura e indústria, estando incluídos nesta última a construção civil, responsável por uma

parcela pon-derável do emprego, mas que guarda uma íntima re-lação com os trabalhadores temporários da agricultura e com os próprios proprietários rurais (GASQUES, 1983). É conhecida a migração sazonal de nordestinos tanto para trabalhar na construção ci-vil como para trabalhar nas safras das culturas de grande extensão de área plantada em São Paulo como cana para indústria, café e citros. Mesmo com a po-pulação estabelecida, que não mais efetua a migração sazonal, é intensa a mobilidade entre esses dois se-tores que utilizam enormes contingentes de mão-de-obra não qualificada, tornando praticamente conjuntural a mensuração do emprego, que, por sua vez, tem uma rotatividade elevada, pois enquanto uma gama de trabalhadores retornam às suas propriedades no nordeste, outros vêm ocupar seu lugar no mercado de trabalho.

Assim, enquanto o contingente de trabalhadores da agricultura é diretamente identifi-

cável, tal como na indústria de transformação, na construção civil e nos serviços isso é rigorosamente impossível. Cabe no entanto ressaltar que a população economicamente ativa contabilizada refere-se à agropecuária. Portanto, está longe de representar todo o complexo produtivo referente à agricultura (Tabela 4). Dessa forma, se não há como comprovar empiricamente, com as estatísticas disponíveis, a tese da inexorabilidade do declínio secular da participação relativa da agricultura no emprego, também não há como demonstrar o contrário. Dados de LAUSCHNER (1975), para a realidade norte-americana, indicam que agricultura reduz sua participação no emprego em níveis baixos (36,7% em 1954, 32,2% em 1965 e 28,8% em 1975) enquanto na agropecuária a queda é bem mais acentuada (11,6% em 1954, 8,2% em 1965 e 4,7% em 1975).

Também se mostra totalmente inadequada à análise do emprego na agricultura a dicotomia rural-urbano, tomando o local de moradia como definidor do setor no qual se dá a ocupação da mão-de-obra. O processo de urbanização, que caminha paralelamente com o desenvolvimento da economia capitalista, não deve ser confundido com a transformação na estrutura de emprego. Isso porque ocorre urbanização com manutenção do emprego na agricultura e mesmo quando se visualiza somente a agropecuária pode ocorrer expansão. As informações para o Estado de São Paulo, o mais industrializado e urbanizado do Brasil, comprovam isso mesmo quando se toma apenas a agropecuária, desconsiderando os demais componentes do complexo produtivo da agricultura. Para um nível de emprego crescente no período 1970/71 a 1989/90 (+13%), nota-se claramente a urbanização da mão-de-obra, pois os residentes que eram 72,1% em 1970/71, decresceram para 52% em 1989/90, enquanto que os não residentes tiveram uma tendência inversa (Tabela 5). Praticamente a metade dos trabalhadores do segmento da agricultura intrinsecamente ligado à terra, que é a agropecuária, mora nas cidades, descaracterizando a migração campo-cidade como indicador das mudanças estruturais no mercado de trabalho. Não é sem outra razão que as periferias das cidades do interior têm um intenso fluxo de veículos rumo ao campo, ainda antes do nascer do sol e no sentido inverso no início da noite. Reforça-se

assim a afirmação que as transformações ocorridas tornaram obsoleta a formulação tradicional de agricultura como elemento de análise do desenvolvimento capitalista não só em termos de renda, mas também do emprego.

## 7 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA: NECESSIDADE UM NOVO "RECORTE"

Nas políticas públicas está outro ponto fundamental para cuja percepção o entendimento da diferenciação entre agricultura e agropecuária tem relevante contribuição. Trata-se da evolução das políticas agrícolas para a agricultura brasileira executadas no período recente e a necessidade de um redesenho nas formulações da intervenção estatal. A análise das políticas agrícolas para a agricultura foi, durante muitos anos, realizada tendo como abrangência apenas a agropecuária, o que não permitiu captar o real movimento da produção. Como resultado disso propugnou-se que com o abandono da utilização do subsídio ao crédito rural, no final dos anos 70, ocorreria uma grave crise da agricultura nos anos 80, quando na verdade o que ocorreu foram seguidas supersafras.

Nessa abordagem tem-se dividido a políti-

TABELA 5 - Trabalhadores Ocupados<sup>1</sup> na Produção Agropecuária, Estado de São Paulo, Média Anual dos Anos Agrícolas 1970/71 a 1989/90

Ano agrícola	Residentes		Não-residentes		Total	
	Número	%	Número	%	Número	Índice <sup>2</sup>
1970/71	1.038.732	72,1	402.655	27,9	1.441.387	100
1971/72	1.031.244	71,4	413.756	28,6	1.445.000	100
1972/73	1.045.777	72,0	406.394	28,0	1.452.171	101
1973/74	1.001.613	71,4	400.682	28,6	1.402.295	97
1974/75	936.317	71,8	386.277	28,2	1.304.594	90
1975/76	914.746	74,1	319.902	23,9	1.234.648	86
1976/77	872.038	63,3	505.446	36,7	1.377.484	96
1977/78	879.694	60,9	565.662	39,1	1.445.356	100
1978/79	857.575	60,9	551.509	39,1	1.409.084	98
1979/80	809.181	60,1	536.645	39,9	1.345.826	93
... <sup>3</sup>	...	...	...	...	...	...
1984/85	848.597	60,1	568.385	39,9	1.411.982	98
1985/86	817.651	58,2	587.248	41,8	1.404.899	97
1986/87	880.106	57,6	647.856	42,4	1.527.962	106
1987/88	847.256	52,1	777.403	47,9	1.624.659	113
1988/89	730.222	49,5	744.296	50,5	1.474.518	102
1989/90	843.847	52,0	780.219	48,0	1.624.066	113

<sup>1</sup>Inclui proprietários, administradores, assalariados, parceiros, colonos, empreiteiros e volantes.

<sup>2</sup>Índice simples. Base: 1970/71 = 100.

<sup>3</sup>Para os anos agrícolas entre 1980/81 e 1983/84 não foram realizados os respectivos levantamentos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

ca agrícola brasileira em dois períodos distintos: o primeiro período iniciado com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1966, atingindo o auge na segunda metade da década de 70 (1975-79). Trata-se da época em que o principal instrumento de alavancagem da modernização da agropecuária era a aplicação de volumes crescentes de crédito rural subsidiado. O segundo período corresponde à década de 80 e início dos anos 90, quando os recursos aplicados em crédito rural foram cadentes e as taxas de juros reais positivas (GATTI; VIEIRA; SILVA, 1993). As políticas públicas para a agricultura brasileira foram reorientadas de um período para o outro, a partir do diagnóstico de que a política de crédito rural havia esgotado sua capacidade de engendrar uma continuidade do desenvolvimento agropecuário no final dos anos 70, em face

da crise fiscal do Estado que o incapacitou a sustentar montantes crescentes de subsídios (MENDONÇA DE BARROS, 1979). O resultado, ao contrário do que previam os defensores da política anterior, foi um desempenho de eficiente ajustamento da agropecuária da década seguinte em diante, culminando com elevação da produção e de produtividade (GASQUES & VILLA VERDE, 1990).

Qual então a explicação para o fato de que, saindo abruptamente de uma política de subsídio ao crédito, a agropecuária viveu, na década de 80, um período de crescimento na contramão da tendência da economia? A resposta de que isso deveu-se a um penoso ajustamento setorial à nova realidade pode estar contemplando apenas parte das causas. Noutros termos, a busca da eficiência, numa situação de

recursos escassos e caros, e a atuação das livres forças de mercado, melhorando os perfis alocativos dos recursos não captam toda a profundidade das transformações, nem no período anterior nos anos 70 nem no posterior na década de 90. Parcela importante desse desempenho paradoxal da agricultura pode ser revelado quando se recua a análise das políticas públicas no tempo, com outro recorte analítico.

A utilização de uma extrema rigidez conceitual, mantendo intacta uma igualdade entre agricultura e agropecuária, está na base dessa dificuldade de visualização do processo, tomando a agropecuária como o todo quando, crescentemente, ela se constituía cada vez mais em parte em transformação. Análises mais recentes têm mostrado com clareza esse problema, como o brilhante estudo de BELIK (1992) que comprova a existência de uma ampla política para a constituição e expansão da agroindústria processadora no Brasil a partir de 1966, com a grande massa de recursos aplicados na segunda metade da década de 70, sendo demonstrado o papel crucial desempenhado pelo Estado brasileiro, mobilizando recursos e articulando o avanço desse segmento. Por outro lado, também importante se constitui o trabalho de KAGEYAMA et alii (1990) que apresenta a internalização da indústria de insumos e máquinas, com muita propriedade denominada de "departamento de bens de capital da agricultura", também na segunda metade da década de 70.

Um aspecto a ser ressaltado, quando analisa-se em conjunto os resultados de GATTI; VIERA; SILVA (1993) no tocante ao crédito agropecuário, de BELIK (1992) para a agroindústria processadora e de KAGEYAMA et alii (1990) para a indústria de bens de capital para a agricultura, é o da simultaneidade dos períodos de auge dessas políticas, concentrados na segunda metade da década de 70, ou seja, na fase de plena implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). A coincidência dos desempenhos das políticas públicas para os três segmentos pode não representar uma articulação deliberada entre elas, o que por si só já é questionável, mas garante uma concatenação dos resultados em termos de desdobramentos no período subsequente.

Dado que o investimento está intrinsecamente ligado à expansão da capacidade produtiva, quando se visualiza a agricultura no

sentido amplo de diferenciação crescente em relação à agropecuária, tem-se a generalização, nos anos 80, dos efeitos das inversões realizadas no período anterior. Mas outro aspecto deve ser avaliado, dizendo respeito à conformação da estrutura de produção. As políticas para a agricultura, entendidas em toda sua amplitude, foram conformadas privilegiando "cadeias produtivas" específicas, estruturando, dessa maneira, capacidades operativas modernas que garantiram ampla possibilidade de expansão posterior. Nesse contexto, como a agropecuária tem sua lógica subordinada no interior da cadeia produtiva, o próprio movimento de expansão da cadeia pode puxar o segmento agropecuário da mesma, ainda que na ausência de estímulos do crédito rural subsidiado, uma vez que o **núcleo da cadeia** pode gerar formas alternativas de financiar a produção de sua matéria-prima. Além disso, as indústrias de insumos e máquinas têm como utilizar mecanismos que garantam a demanda de seus produtos. Daí o fato detectado por GASQUES & VILLA VERDE (1990) de que a alteração na composição de culturas tenha participação expressiva na explicação do comportamento da agropecuária nos anos 80.

Noutras palavras, as políticas públicas para a agricultura haviam conformado cadeias produtivas consolidadas e extremamente competitivas, com elevada capacidade de resposta às políticas comerciais. Tendo como núcleo dinâmico a agroindústria processadora, os complexos cooperativos ou as modernas empresas comerciais, com a presença de políticas de exportação ativas da metade da década de 80 em diante visando gerar *megasuperavits*, apresentaram-se as condições para a expansão da produção, utilizando capacidade instalada ou até mesmo ampliando-a com base no parque produtivo de bens de capital para a agropecuária, cuja constituição na década de 70 havia sido realizada com capacidade superdimensionada. É preciso frisar que essa expansão da exportação realizou-se a preços reais cadentes o que mostra a competitividade dessas cadeias produtivas.

Ao lado das políticas de caráter genérico, adotaram-se medidas direcionadas a contemplarem cadeias produtivas específicas, como os complexos sucroalcooleiro, de papel e celulose, citrícola e tritícola, dentre outros. Com a evolução concretizada por esse arco de ação estatal, o fim do crédito rural subsidiado não teve o mesmo efeito que teria produzido numa

realidade de agricultura restrita à atividade agropecuária. Com a diferenciação já estava consolidado o predomínio do núcleo de processamento e beneficiamento no interior da cadeia produtiva. Esse mesmo segmento hegemonizou um processo de avanço ainda que na ausência dos subsídios ao crédito para agropecuária.

Outro aspecto pouco abordado nas discussões das políticas públicas para a agricultura está na necessidade de um redesenho nas formas de intervenção governamental para adequá-las à nova realidade setorial. Numa situação de recursos escassos não há mais, frente a magnitude da agricultura moderna na economia, representando em torno de 42% do produto nacional, como esperar uma capacidade estatal de implementar políticas genéricas de cunho horizontal. Os desenhos de políticas horizontais para a agropecuária, como o crédito rural subsidiado, praticado na década de 70, não terão mais viabilidade de serem adotadas, tanto pela insuficiência de recursos como pela baixa eficiência.

O redesenho das políticas públicas para a agricultura, visando aumentar a eficiência da intervenção governamental, deve romper com as proposituras calcadas na visão horizontalista para abordar questões de uma ótica verticalista. Para isso deve-se abranger o todo da cada cadeia produtiva, selecionando aquelas fundamentais à economia brasileira, dado que não há como contemplar todas com os recursos necessários, bem como a dispersão demasiada pode comprometer a eficácia. A definição das cadeias produtivas estratégicas, pelas autoridades governamentais, e a sinalização dos caminhos a serem seguidos poderão fomentar um processo de consensuação de interesses que, orquestrados, produzam uma consolidação da cadeia, superando as dificuldades que caracterizam as "seqüências" de meras etapas produtivas. Medidas de cunho horizontal cabem somente quando são identificados gargalos generalizados que podem comprometer o desempenho de várias cadeias exigindo, por essa razão, tratamento diferenciado. Noutras palavras, o Estado tem que fugir de sua postura generalista para enfrentar a necessidade de definir um conjunto de cadeias produtivas e ações estratégicas, para o desenvolvimento nacional, e aplicar os recursos segundo essas prioridades.

Um argumento que poderia ser

interposto à colocação da necessidade de construir-se políticas verticais para a agricultura seria que, na verdade, isso já seria prática corrente, notadamente quando se avalia as principais cadeias produtivas, como papel e celulose, sucos cítricos e sucroalcooleira, por exemplo. Essa afirmação não se sustenta, pois trata-se de políticas destinadas à agroindústria processadora que, em função do domínio exercido sobre o núcleo das cadeias produtivas, tem efeitos sobre a agropecuária e mesmo sobre a indústria de insumos e máquinas. Tomando as duas grandes políticas, a agroindustrial e a agropecuária, pode-se elencar vários pontos preocupantes que conformam problemas estruturais graves. O Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) pode ser um exemplo importante dessa ocorrência, pois enquanto solução para a crise da então agroindústria canavieira, ao conceber como beneficiários os usineiros, alavancou o já expressivo processo de concentração da terra e da renda, excluindo parcelas enormes de fornecedores autônomos dos benefícios dessa política. Não sem outra razão que a parcela de cana própria na cana moída cresce significativamente no período.

A agroindústria de papel e celulose também pode ser citada, pois foi alavancada por uma política pública baseada em incentivos fiscais que beneficiou diretamente o segmento agroprocessador, não atingindo uma base mais ampla de agricultores. Nas duas cadeias produtivas citadas, a de papel e celulose e de açúcar e álcool, o resultado em termos de concentração da terra e da renda poderia ser menos regressivo se fossem concebidas políticas verticais orgânicas incluindo como beneficiários também os agropecuaristas. A prática de políticas horizontais, para o segmento da agroindústria processadora, tem sido funcional para o ímpeto concentrador que elas imprimem no espaço geográfico brasileiro, uma vez que alijam do processo uma ampla camada de agropecuaristas que, entretanto, sofrem os efeitos decorrentes dessa ação. Ao mudar-se o "recorte" para políticas verticais orgânicas pretende-se discutir de forma abrangente os efeitos estruturais para conformar atuações governamentais menos regressivas.

A proposição de práticas de políticas públicas verticais para a agricultura, associadas a algumas ações horizontais estratégicas, fundamental à realidade de modernidade do aparelho produtivo, provoca a necessidade de

reorganização do aparelho estatal que planeja e executa a intervenção governamental. A atual conformação de Ministério da Agricultura e Secretarias Estaduais de Agricultura baseadas numa visão horizontalista de cunho restrito e tendendo a uma perspectiva puramente agropecuarista perdeu por completo o sentido, sendo quase sempre instâncias preteridas nas tomadas das decisões estratégicas da própria política para a agricultura, mesmo porque os segmentos dominantes das cadeias produtivas não estão contemplados.

A reforma do Estado deve prever o rompimento com os limites estreitos da visão agropecuarista para abranger toda a amplitude da agricultura moderna, incorporando os demais interlocutores, trabalhando em ações cujas perspectivas voltem-se para a harmonização das etapas dentro das cadeias produtivas, aumentando-lhes a competitividade. Pode-se questionar, até mesmo, a existência atual de pastas específicas para a agricultura, uma vez que, numa visão mais ampla, dever-se-ia constituir Ministérios e Secretarias de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia com estruturas capazes de atuar num ambiente marcado pela grande interação entre os setores da economia.

## 8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PAPEL DA AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As transformações da agricultura produziram profundas reordenações no espaço produtivo rural. As cadeias produtivas, altamente integradas, são a tônica da maioria dos produtos mais importantes, não havendo como promover uma delimitação de onde começa a agropecuária e termina a de insumos e, também, onde é o processamento. Nessas cadeias produtivas indivisíveis tem-se a presença de três tipos fundamentais de empresas dominando o núcleo das mesmas e com isso organizando e operando todo o processo. A diferenciação decorre do tipo de capital predominante, ou seja, tem-se: 1) a agroindústria de uma sociedade anônima controlada pelo capital industrial; 2) a cooperativa de agricultores como resultado da integração para frente do capital agrário; e 3) as empresas de comércio montadas pelo capital comercial. As relações contratuais entre cada tipo

de organização empresarial e os agricultores têm grande distinção decorrentes na essência de perspectivas diferentes quanto ao objetivo do "negócio" envolvido<sup>8</sup>.

A agroindústria é uma unidade processadora com elevado investimento de capital fixo em face dos demais segmentos da cadeia produtiva e, nesse sentido, determina a dinâmica de todo processo produtivo, constituindo-se no núcleo indutor do progresso tecnológico ao procurar reduzir riscos, garantir fluxos de produção regulares de matéria-prima, além de um nível de qualidade compatível com elevada produtividade e homogeneidade do produto final. Esse conjunto de atividades, representado pela produção agropecuária e transformação industrial, traz também agregado a realização, senão de toda, pelo menos de parcela importante dos insumos e, às vezes, de máquinas e equipamentos, além de incorporarem estruturas avantajadas de serviços e manutenção de equipamentos e de armazenamento da produção. Os principais segmentos da agricultura paulista, ou já atingiram um nível elevado de integração como o avícola e o sucroalcooleiro, ou caminham para a constituição dessas estruturas, com a execução de integrações em fase intermediária, como a soja e óleos vegetais, a produção de sucos cítricos, de leite e laticínios e do trigo e farináceos. A divisibilidade desses processos, para atender à abordagem tradicional, se faz cada vez mais com aumento das arbitrariedades quanto aos limites.

A análise, partindo da concepção da agroindústria, enquanto empresa associada a um capitalista industrial na sua relação com uma gama de agricultores que fornecem a matéria-prima, pode ser problematizada quando se coloca as cooperativas, nas quais a complexidade torna-se ainda maior, pois os agricultores são proprietários da cooperativa. As grandes cooperativas têm suas próprias estruturas de transformação recebendo a matéria-prima e para o conjunto dos agricultores que nelas centralizam seu capital produz um produto final indivisível. Isso tanto no ramo de leites e laticínios nos quais dominam o mercado consumidor paulista, o maior do País, como no hortigranjeiros no qual dispõe até mesmo de redes de distribuição. Muitos são os segmentos nos quais a presença dos conglomerados cooperativos é predominante como o citrus, trigo, soja e café, sendo que é crescente a tendência a comporem suas próprias

estruturas de transformação.

As cooperativas não apenas organizam os agricultores atuando como polos difusores de tecnologia na produção agropecuária, mas também processam, padronizam e até mesmo distribuem os produtos finais. Conjuntos de cooperativas têm suas próprias estruturas produtoras de insumos e fornecimento de máquinas e equipamentos e recentemente se uniram para formar uma grande *trading* para atuar no comércio exterior. Tem avançado também na constituição de seu próprio sistema de crédito, com a difusão das cooperativas de crédito. Muitos analistas, por desconhecimento do formato jurídico de um conglomerado cooperativo, tratam-nas como uma empresa frente a um universo de agricultores e não como uma empresa de agricultores frente à realidade oligopolizada do mercado nacional. A rentabilidade não pode ser vista pela renda líquida da fazenda, mas incorporar as distribuições de "sobras líquidas" relativa a cada agricultor.

As empresas do capital comercial têm duas conformações básicas em função do tipo de "compromisso" que tem com a produção. Um **primeiro tipo** são as empresas que atuam como capital comercial tradicional numa operação rotineira de compra e venda sem organizar ou operar a cadeia produtiva em que atuam e, por essa razão, não têm compromisso com a qualidade do produto e com o progresso tecnológico. O tipo característico dessa formação empresarial refere-se àquele predominante no fluxo de comercialização de feijão, cuja lógica reside em "comprar barato e vender caro", sempre promovendo ajuste para trás recaindo os ônus sobre o agricultor.

O **segundo tipo** são as modernas *tradings* que organizam e operam uma ampla estrutura logística para tratamento pós-colheita, acondicionamento, transporte e distribuição de perecíveis muito sensíveis como são os casos das frutas frescas. No mercado brasileiro, a formação característica encontra-se na maçã e uva, principalmente destinadas à exportação. Do ponto de vista técnico-produtivo, essas *tradings* têm um comportamento assemelhado à agroindústria processadora, pois os *packing houses*, as câmaras frigorificadas para armazenamento, os *containers* frigorificados para transporte e as estruturas portuárias representam um investimento vultoso em capital fixo. Por

outro lado, o compromisso com a qualidade intrínseca do produto final exige uma atenção com a tecnologia de produção forjando relações contratuais sólidas com os agricultores.

Nesse processo não se tem mais uma lógica restrita do capital agrário. Este se converte crescentemente em capital industrial, avança no sistema de distribuição, como capital comercial, e abre as portas para atuar como capital financeiro buscando o crédito de custeio e imobilizando recursos para investimento. Por outro lado, um conjunto expressivo de agricultores urbanos, produzindo na terra e residindo na cidade, obtém parcela importante de seus lucros na forma de lucros não-operacionais, provenientes de aplicações financeiras. Assim o capital torna-se cada vez mais capital em geral, num nível de solidarização avançada, rompendo com o bucolismo da agricultura, característico da abordagem tradicional.

A abordagem tradicional da agricultura não dá conta da compreensão da importância setorial crescente, apegando-se a uma tese de declínio secular da participação relativa que apenas reforça a perspectiva de uma importância marginal para o setor. A especialização regional também não tem explicação nos limites restritos da abordagem tradicional de agricultura, bem como o dinamismo não tem seu núcleo gerador na agropecuária, pois a sua participação na renda setorial é decrescente frente ao valor adicionado dos demais segmentos. Aos agricultores não sobra outra alternativa para participar de maior parcela da renda gerada que não integrar-se a complexos cooperativos e/ou agroindustriais (LAUSCHNER, 1979). Ademais, como no complexo de frutas de mesa, com participação crescente no mercado internacional, assume posição estratégica o esquema logístico montado por grandes empresas com enormes e sofisticadas estruturas de pós-colheita, transporte e distribuição, mostrando com isso que as transformações vão além dos produtos agriprocessados.

A comprovação da insuficiência da abordagem tradicional para apreender e explicar a riqueza das transformações da agricultura no processo de desenvolvimento, torna também inaplicáveis os papéis por ela desempenhados nesse movimento. A redefinição da concepção de setor torna fundamental a rediscussão das funções a serem cumpridas pela agricultura, numa perspectiva radicalmente distinta, quais

sejam: a) a primeira função seria, numa economia continental, interiorizar o processo de desenvolvimento, incorporando novas regiões ao avanço

capitalista e com isso alastrando espacialmente o movimento expansivo; b) a segunda função a ser desempenhada, em estados nacionais de grandes dimensões territoriais, corresponde a integrar todo espaço territorial ao processo de desenvolvimento reduzindo as disparidades inter-regionais; c) a terceira função seria incrementar a especialização da agropecuária em torno de um cadeia de produção de mercadorias de maior valor agregado e melhor qualidade, na es-cala compatível com o aumento da competitividade e atendimento de um consumidor cada vez mais exigente; e d) a quarta função seria a de acrescentar progressiva diferenciação entre a agricultura e a agropecuária alargando a transformação do produto primário nacional e a base geradora de empregos.

Em síntese, a agricultura atualmente não tem uma função marginal nem passiva no desenvolvimento econômico. Trata-se ao contrário de setor estratégico nesse processo em economias continentais como amplificadora da acumulação capitalista num espaço geográfico mais amplo. A transformação da agricultura deve ser colocada no universo de medidas de elevação do valor agregado não apenas como instrumento de crescimento da renda *per capita*, mas fundamentalmente ensejando medidas que levem a uma distribuição menos desigualitária da renda nacional entre a população e entre as regiões de um país. Nas economias continentais, a integração do mercado nacional só se torna possível com a agricultura preenchendo produtivamente o espaço geográfico.

## NOTAS

<sup>1</sup>Este trabalho é parte integrante do projeto SPTC 16-008/92. Recebido em 23/09/92. Liberado para publicação em 30/11/94.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>3</sup>Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola.

<sup>4</sup>MARX (1983) em "O Capital" explicando seu modelo de reprodução ampliada utiliza a perspectiva de 2 (dois) departamentos: bens de produção e bens de consumo. Outro critério de divisão é o de KALECKY (1983) de três departamentos. Ambos não são abordados no argumento central deste trabalho.

<sup>5</sup>É importante realçar que a "tercearização" entendida como expansão do setor de serviços não pode ser confundida com

"terceirização" que diz respeito à ação de uma empresa na contratação de terceiros para realizar parte do processo produtivo até então executado com mão-de-obra própria. A "terceirização" pode estar associada à "terceirização" se envolver por exemplo a assistência técnica por consultoria substituindo os departamentos técnicos de uma empresa, mas pode não ter ligação com esse processo se envolver a contratação de uma firma especializada para fabricar componentes de um produto.

<sup>6</sup>Importante destacar que o estudo de agregados agroeconômicos, como é o caso da análise da participação da agricultura e da agropecuária na renda nacional, se dá com a utilização do conceito de Produto Interno Bruto (PIB) o que exige que seja explicitado o conceito de valor adicionado. Como conceito chave de agregado dos agregados o PIB é a medida da produção sem duplicações em um dado ano ou o valor da produção total descontados o valor da matéria-prima consumida no processo produtivo correspondendo assim ao valor da produção final. Como o valor adicionado, se mede o valor que se acrescenta na produção em cada setor econômico, sendo resultante do valor bruto da produção menos os gastos com insumos (FIGUEIREDO, 1980).

<sup>7</sup>Isso faz lembrar outro debate inerente às transformações da agricultura brasileira relativo à caracterização se o setor tinha uma lógica capitalista ou feudal, quando o que realmente importava na década de 60 era a realidade inegável da existência de coerção extra-econômica e desigualdade distributiva no campo e que a industrialização com aquela estrutura agrária conformaria, como acabou acontecendo, uma sociedade extremamente desigualitária. No debate atual, um problema enfrentado por todas as alternativas de análise que procuram contrapor-se à formulação tradicional diz respeito à insuficiência das bases de dados estatísticos cuja concepção rigidamente tradicional não permite tabulações mais ricas que possibilitem caracterizar plenamente as mudanças ocorridas. A radicalidade das transformações realizadas na agricultura torna urgente e necessária uma ampla remodelação na amplitude e na estrutura dos dados coligidos por parte das instituições responsáveis.

<sup>8</sup>Uma discussão detalhada sobre a diferenciação entre esses três tipos básicos de empresas que detêm a hegemonia sobre o núcleo das cadeias produtivas da agricultura pode ser encontrada em GONÇALVES & VEGRO (1994). Entretanto, no trabalho citado não foi incorporada a diferenciação entre *tradings* modernas e empresas do capital comercial tradicional, aqui realizada para incorporar as cadeias produtivas de frutas frescas.

#### LITERATURA CITADA

ANJOS, Natanael M.; YAMAGUISHI, Caio; CARVALHO, Flavio C. **Análise do setor agrícola brasileiro**. São Paulo, IEA, 1988. 162p. (Relatório de Pesquisa, 03/88).

ARAUJO, Ney B.; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz A. **Complexo agroindustrial: o "agribusiness" brasileiro**. São Paulo, AGRO- CERES, 1990. 238p.

BARROS, Geraldo S. A. de C. **Economia da comercialização agrícola**. Piracicaba, FEALQ, 1987.

BELIK, Walter. **Agroindústria processadora política econômica**. Campinas, UNICAMP/IE, 1992. Tese de Doutorado.

CLARK, Colin. **Conditions of economic progress**. Londres, s.ed., 1940.

DAVIS, John H. & GOLDBERG Ray A. **A concept of agribusiness**. Boston, Harvard University,

1957. 140p.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura**. São Paulo, Hucitec, 1986.

DIAS, Rubens de A. Fundamentos de uma política de desenvolvimento agrícola. **Agricultura em São Paulo**, SP, 14(3,4):1-14, mar./abr. 1967.

FIGUEIREDO, Ferdinando de O. **Metodologia de contas nacionais**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980. 178p.

GASQUES, José G. **Os fatores que afetam os salários agrícolas no Brasil**. São Paulo, USP/IPE, 1983. Tese de Doutorado.

\_\_\_\_\_. & VILLA VERDE, Carlos M. Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos oitenta. **Agricultura em São Paulo**, SP, 37(1):183-204, 1990.

GATTI, Elcio U; VIEIRA, José L. T. M.; SILVA, Valquiria. Análise do perfil distributivo do crédito

- rural no Brasil, 1969-90. \_\_\_\_\_, SP, **40**(1):65-100, 1993.
- GOLDBERG, Ray A. **Agribusiness global**. São Paulo, AGROCERES, 1990. 20p.
- GONÇALVES, José S. & VEGRO, Celso L. R. Crise econômica e cooperativismo agrícola: uma discussão sobre os condicionantes das dificuldades financeiras da cooperativa agrícola de Cotia. **Agricultura em São Paulo**, SP, **41**(2):57-87, 1994.
- GONÇALVES, José S.; PEREZ, Luis H.; SOUZA, Sueli A. M. Mercado internacional e produção de banana: a estrutura produtiva e comercial do complexo bananeiro mundial. **Agricultura em São Paulo**, SP, **41**(3):161-188, 1994.
- GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro, Campus, 1990. 192p.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**, Campinas, **21**(3):5-34, set./dez. 1991.
- GREEN, Raul & SANTOS, Roseli R. Uma reflexão teórico-metodológica sobre o processo de reestruturação do setor agroalimentar na América Latina. In: SEMINÁRIO: INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA AGROALIMENTAR, Curitiba, 26-28 jun. 1991, 21p.
- GUIMARÃES, Alberto P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- JOHNSTON, Bruce F. & KILBY, Peter. **A agricultura e transformação estrutural**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 458p.
- \_\_\_\_\_. & MELLOR, John W. The role of agriculture in economic development. **The American Economic Review**, California **51**(4): 566-593, Sept. 1961.
- KAGEYAMA, Angela et alii. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme et alii org. **Agricultura e política pública**. Brasília, IPEA, 1990.
- KALECKY, Michael. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Os Economistas.
- LAUSCHNER, Roque. **Agro-indústria y desarrollo económico**. Santiago, Facultad del Ciências Econômicas da Universidad de Chile, 1975. 159p. Dissertação de Mestrado.
- \_\_\_\_\_. Agroindústria cooperativa como agente de modernização da empresa rural. In: SEMINÁRIO DE MODERNIZAÇÃO DA EMPRESA RURAL, 1. **Anais...** Brasília, BINAGRI, 1979. p.155-170.
- LEONTIEF, Wassily. **A economia do insumo produto**. São Paulo, Abril Cultural, 1983. 226p. - Os Economistas.
- MALASSIS, L. La structure et l'évolution du complexe agri-industrial d'après la comptabilité nationale française. **Economies et Société**, Paris, **3**(9):s.p. 1969.
- MANTOUX, P. **A revolução industrial no século XVIII**. São Paulo, Hucitec, 1988. 552p.
- MARX, Karl. **O capital**. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Os Economistas.
- MENDONÇA DE BARROS, José R. Política edesenvolvimento agrícola no Brasil. In: VEIGA, Alberto org. **Ensaio sobre política agrícola brasileira**. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1979. p.9-36.
- MYINT, Hla. Agriculture and economic development in the open economy. In: REYNOLDS, L. G. ed. **Agriculture in development theory**. s.l.p., s.ed., 1977.
- MULLER, Geraldo. Algumas observações sobre a noção de complexo agroindustrial. **Rascunho**, Araraquara, (19):3-28, 1991.
- MULLER, Geraldo. **Estrutura e dinâmica do complexo agroindustrial brasileiro**. São Paulo, USP/FFLCH, 1981. mimeo.
- OLIVEIRA, Carlos A. B. **O processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. Campinas, UNICAMP/IE, 1987. 200p. Tese de Doutorado.
- Agricultura em São Paulo*, SP, **42**(1):73-100, 1995.

- Janeiro, BNDES, 1988. R. Estudos Econômicos, 9, Salomão; FREITAS, Claus F. T. **Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico**. Brasília, CEBR, 1954. 167p. Trabalho final de curso de capacitação.
- \_\_\_\_\_. **A inflação brasileira**. São Paulo, Bional, 1986.
- PIRENNE, Henri. **História social e econômica da idade média**. São Paulo, Mestre Jou, 1973.
- \_\_\_\_\_. Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.
- QUESNAY, François. **Quadro econômico dos fisiocratas**. São Paulo, *The American Economic Review*, California, **51**(4):533-547, Sep. 1961.
- \_\_\_\_\_. Economistas.
- \_\_\_\_\_. desenvolvimento autosustentado. In: AGARWALA, A. W. & SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, RAFFLES, 1969. Págs. 169-170.
- \_\_\_\_\_. Págs. 169-170. **Mudanças es-**
- ROY, Ewell P. **Exploring agribusiness**. Dansville, Interstate Printers, 1967. 295p.